

O PODER COERCITIVO DAS ESCOLAS NA DESIGNAÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO E O NÃO-LUGAR DA CRIANÇA *QUEER*

Thaís Fontenelle Bezerra ¹
Evanize Pereira da Silva ²
Fernando Ítalo Silva Brito ³
Priscila Ribeiro Jeronimo Diniz ⁴

RESUMO

Sabe-se que todos os sujeitos nasceram em uma estrutura social, e necessitam dos processos socializadores para o desenvolvimento de comportamentos socialmente aceitos e aprendizado da cultura vigente. Assim, a imposição de uma sociedade cisheteronormativa tem início desde a socialização primária, designando comportamentos considerados apropriados de acordo com gênero dos sujeitos, sendo a instituição escolar perpetuadora de tal discurso, favorecendo a exclusão de corpos desviantes do padrão normativo. Portanto, o presente estudo partiu do questionamento: Qual o papel da escola na perpetuação dos papéis de gênero e exclusão de crianças *queer*? Objetivou-se analisar os impactos nocivos da instituição escolar a partir de violências simbólicas contra crianças que fogem ao padrão. Tendo como objetivos específicos: investigar os impactos negativos de uma educação punitiva quanto a corpos desviantes e examinar a formação dos sujeitos enquanto pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+ durante a infância. Para isso, a pesquisa foi dividida nas seguintes etapas: 1) discorrer acerca da estrutura escolar e seu papel impositivo; 2) comentar sobre a Teoria *Queer* e infância; 3) salientar as diferentes formas de exclusão sofridas por crianças desviantes do padrão (cis)heteronormativo nas escolas. Em vista disso, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória realizada por meio da técnica de revisão bibliográfica. Recorreu-se às bases de dados do Google Acadêmico e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), por meio dos descritores “crianças”, “*queer*”, “infância”, “educação”, “escola”. Os artigos acessados revelam que a supressão contra sujeitos deslocados do padrão esperado durante a infância pode resultar na propagação de discursos lgbtfóbicos na tentativa de padronizar os alunos de acordo com a imposição de binarismos, classificando comportamentos desviantes como algo a ser corrigido, além de ocasionais evasões escolares e impactos psicológicos na vida dessas pessoas.

Palavras-chave: Criança *Queer*, Educação, Violência Simbólica, Papéis de Gênero, Binarismos.

¹Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso - UniFAP, thaisfontenelle@aluno.fapce.edu.br;

²Graduanda pelo Curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso - UniFAP, evanizes@aluno.fapce.edu.br;

³Graduando do Curso de Direito do Centro Universitário Paraíso - UniFAP, fernandoitaloo@aluno.fapce.edu.br;

⁴Doutora em Ciências das Religiões (PPGCR) pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Docente do Centro Universitário Paraíso - UniFAP dos Cursos de Direito e Psicologia; E-mail: priscila.ribeiro@fapce.edu.br.

INTRODUÇÃO

A biologização do social é definida por Pierre Bourdieu (2007), como as imposições que ocorrem durante o processo de socialização voltadas ao gênero (órgão genital), que determinam comportamentos aceitáveis e socialmente aceitos conforme o gênero dos sujeitos. Assim, Berger e Luckmann (1999), nos relatam os conceitos de socialização: a primária, que consiste nos primeiros aprendizados que o sujeito experimenta na infância, proveniente do meio familiar; e a secundária é a que introduz o sujeito já socializado em outros setores da sociedade, como a escola, por exemplo.

Por conseguinte, todas as pessoas nasceram em uma estrutura social, e necessitam dos processos socializadores para a inserção na cultura, aprendendo normas sociais básicas, linguagem, valores e comportamentos necessários para sua participação em sociedade, dentre estes, a imposição de papéis de gênero. O presente trabalho terá enfoque na socialização secundária no âmbito escolar, e sua perpetuação do ideal de comportamento de acordo com o gênero, e sua cultura que favorece a exclusão de corpos desviantes do padrão normativo.

Diante disso, uma grande quantidade de imposições sociais são definidas conforme o gênero, desde profissões, atribuições familiares, ou até mesmo a forma de se expressar, andar, dançar e gostos pessoais (Barbosa e Araújo, 2020). Assim, a padronização de comportamentos socialmente aceitos são perpetuados desde a socialização primária em âmbito familiar, onde a família compra brinquedos e roupas enquadrados em determinado gênero, até na socialização secundária em âmbito escolar, na qual as crianças passam grande parte de suas vidas, e onde constroem parte de suas identidades, e segue a lógica binária e heteronormativa, favorecendo a exclusão dos corpos que não se enquadram no padrão esperado (Santana, 2022).

As escolas possuem o papel social não apenas de ensino formal, como também de ensino dos conhecimentos sociais, bem como comportamentos aceitos e propagação de ideias da classe dominante. Andrade e Souza (2020), fazem uma análise da visão do filósofo Louis Althusser, que destaca a escola como “principal mecanismo utilizado pela classe dominante, no processo de manutenção e reprodução do status social, promovendo sua hegemonia” (Andrade e Souza, 2020, p. 2). Se trouxermos uma visão voltada às imposições de gênero, nota-se a perpetuação de uma ideia que é fruto da sociedade machista e patriarcal, visto que gênero é reconhecido nessas instituições

apenas como masculino e feminino, e os desviantes são vítimas das mais diversas opressões e violências socialmente aceitas.

Portanto, o seguinte artigo partiu do questionamento: Qual o papel da escola na perpetuação dos papéis de gênero e exclusão de crianças *queer*? Objetivou-se analisar os impactos nocivos da instituição escolar a partir de violências simbólicas contra crianças que fogem ao padrão. Tendo como objetivos específicos: investigar os impactos negativos de uma educação punitiva quanto a corpos desviantes e examinar a formação dos sujeitos enquanto pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+ durante a infância. Para isso, a pesquisa foi dividida nas seguintes etapas: 1) discorrer acerca da estrutura escolar e seu papel impositivo; 2) compreender sobre a Teoria *Queer* e infância; 3) interpretar as diferentes formas de exclusão sofridas por crianças desviantes do padrão (cis)heteronormativo nas escolas.

METODOLOGIA

O presente artigo utiliza-se de uma abordagem qualitativa, com o fito de melhor compreensão do poder coercitivo sobre os papéis de gênero nas escolas. Para coleta de dados, foi utilizada a técnica de revisão bibliográfica, a fim relacionar conhecimentos da literatura científica voltada ao tema da educação e seus impactos nas crianças *queer*. Nesse consequente, a fim de reunir publicações disponíveis em bases de dados eletrônicas e bibliotecas digitais acerca do papel da escola na manutenção e perpetuação da cisheteronormatividade, foram elencadas as plataformas: Google Acadêmico e SciELO (Scientific Electronic Library Online) através dos descritores: “Criança *Queer*”, “Educação”, “Violência Simbólica”, “Papéis de Gênero”, “Binarismos” articulados de diversas formas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Papel da Escola na Perpetuação dos Papéis de Gênero

As escolas, bem como demais instituições, necessitam de regras para seu pleno funcionamento. Entretanto, essa instituição carrega consigo a responsabilidade de formação de identidade das crianças, exercendo seu poder disciplinar como parcela significativa na formação de subjetividades e imposição de regras sociais. Assim, a transmissão de saberes vai para além dos conhecimentos de praxe dos currículos

escolares, visto que também são ensinados os valores vigentes na cultura (Santana e Gomes, 2022). Dentre esses valores, destaca-se o reforço aos papéis de gênero socialmente aceitos, que são impostos e devem ser reproduzidos, e esse processo, muitas vezes invisível, resulta na conformação de corpos e mentes às expectativas sociais predominantes.

De acordo com Foucault (1987), a escola é caracterizada como um local de interação onde as relações de poder influenciam a produção do saber. Diante disso, “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.” (Idem, 1987, p. 30), ou seja, as instituições escolares correspondem a mecanismos de reprodução do poder que não é apenas repressivo, como produtivo, que visam moldar as mentes dos alunos por práticas disciplinares em prol da formação e correção.

Conforme Felipe (2008), a construção das identidades de gênero e sexuais ocorre de maneira gradual e quase imperceptível, e seus efeitos são observáveis em diversos aspectos do cotidiano escolar. Isso inclui as falas das crianças e dos professores, as interações familiares e as atividades propostas em sala de aula. Além disso, essa construção é evidenciada tanto nos incentivos ou proibições de certos comportamentos, quanto nos silêncios que permeiam determinados temas, nos modos de olhar e sentir as situações e nas sanções que reforçam ou reprimem certas condutas. Assim, as normas sociais relacionadas ao gênero e à sexualidade são constantemente reproduzidas de maneira sutil, moldando a compreensão e o comportamento dos indivíduos dentro desses espaços.

Gonzalez (1982) denuncia a ausência sistemática de reconhecimento das contribuições das classes populares, das mulheres, dos negros e dos povos indígenas na história e cultura do Brasil, tanto nas escolas quanto nos materiais didáticos. Ele argumenta que esses grupos são frequentemente mencionados de maneira superficial e folclórica, o que acaba obscurecendo o papel significativo que tiveram na construção do país. Essa abordagem distorcida reforça a falsa percepção de que apenas homens privilegiados, social e economicamente, foram responsáveis pelo progresso da nação. Essa narrativa não é apenas uma omissão casual, mas uma forma de perpetuar sistemas de opressão, como o sexismo, racismo e elitismo, que desvalorizam as contribuições desses grupos.

A inclusão dos estudos de gênero na educação básica pretende não apenas garantir a livre expressão de gênero, mas também promover a equidade de direitos ao longo do

tempo, considerando as diferenças entre identidades e papéis de gênero. Essa proposta busca desmontar os valores patriarcais que sustentam as desigualdades entre homens e mulheres e entre atividades rotuladas como masculinas e femininas. Com o apoio de práticas pedagógicas, a educação teria o papel de ampliar a compreensão sobre profissões, funções sociais, direitos sobre o próprio corpo e o exercício da cidadania, tratando essas questões como aspectos subjetivos, e não meramente como fatores que determinam posições sociais, políticas e econômicas. Segundo Barreiro e Martins (2016), esse processo contribuiria para dismantelar, gradualmente, essas desigualdades.

Forlanetto et al. (2019) argumentam que a sexualidade é um aspecto central da identidade dos indivíduos desde a infância, o que atribui à escola um papel fundamental na formação e garantia de direitos. Eles enfatizam que a instituição escolar é vista como um local privilegiado para a criação e aplicação de políticas e projetos que assegurem os direitos reprodutivos e sexuais dos alunos. Essa abordagem não apenas reconhece a importância da sexualidade como parte constitutiva do ser humano, mas também ressalta a responsabilidade da escola em proporcionar um ambiente educativo onde esses direitos sejam respeitados e promovidos, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Em síntese, o papel da escola na formação das identidades de gênero e na perpetuação de papéis sociais é complexo e multifacetado. As instituições educacionais não apenas transmitem conhecimentos acadêmicos, mas também refletem e reforçam normas culturais que moldam a subjetividade dos alunos. Por meio de práticas pedagógicas e da interação cotidiana, a escola tem o poder de reproduzir desigualdades de gênero, frequentemente de forma invisível. Entretanto, ao reconhecer essa responsabilidade, há também a possibilidade de transformação. A inclusão de estudos de gênero e a promoção de uma educação que respeite e valorize as diversas identidades são passos fundamentais para dismantelar as estruturas de opressão presentes na sociedade. Ao fazer isso, a escola pode se tornar um espaço de empoderamento e equidade, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos, essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Teoria *Queer* e Infância: Desafios na Construção de Identidades

É fundamental entender o conceito de '*Queer*' para começar a explorar a Teoria *Queer* e seu processo de desenvolvimento ao longo do tempo. Previamente tido como pejorativo, que fazia referência a algo estranho, excêntrico e incomum, o termo foi

ressignificado com a intenção de subverter seu significado original e posicionar-se contra a imposição de normas (Louro, 2001). Válido salientar, ainda, que a teoria *queer* é multifacetada no que concerne seus significados, mas tem como princípio o questionamento de identidades limitadas ao binarismo e demais convenções sociais, dessa forma, ela propõe a valorização das possibilidades de existir para além dos dois gêneros.

Judith Butler (2018), uma das principais representantes dessa teoria, apresenta a questão do gênero como uma construção e propõe a teoria da performatividade de gênero para explicar como os papéis de gênero são mantidos e perpetuados. Ela argumenta que o gênero é constituído por uma série de atos repetidos que, ao longo do tempo, criam a naturalização de uma identidade fixa, consolidando as normas de gênero como se fossem verdades (Pombo, 2017). Tais atos performáticos são percebidos em cada processo de socialização, de acordo com Bento (2011, p. 2): “Quando o sexo da criança é revelado, o que era uma abstração passa a ter concretude. O feto já não é feto, é um menino ou uma menina. Essa revelação evoca um conjunto de expectativas e suposições em torno de um corpo que ainda é uma promessa.” Ou seja, antes de o sujeito se constituir, ele é inserido em uma sociedade que utiliza diversos elementos para classificar seus comportamentos e atribuir sua existência a determinados papéis, os quais são definidos pelas normas de gênero.

Concomitante a isso, as instituições de poder, como a escola, desempenham um papel fundamental na manutenção dessas normas, funcionando como mais um espaço performativo dos papéis de gênero. Por meio da socialização secundária, elas introduzem expectativas e regras sobre como se espera que o indivíduo aja ou se comporte, reforçando as normas de gênero e suas hierarquias. Segundo Oliveira *et. al.* (2017) os processos de socialização são fundamentais para moldar as condições em que se forma a identidade de cada indivíduo, o processo de socialização primária irá se caracterizar pelo primeiro contato do sujeito com o mundo no ambiente familiar, onde ele irá ser submetido às regras e aos valores sociais estabelecidos pela sua família, construindo as bases da sua identidade no processo. Na socialização secundária, o sujeito tem contato com novas regras e passa a adaptar-se aos novos contextos a ele apresentados, de modo a redefinir e ajustar sua identidade para se adaptar às demandas desses ambientes (Idem, 2017).

O Não-Lugar das Crianças *Queer* no Ambiente Escolar

Segundo o Diário Oficial da União, a Lei n.º 8.069/1990 define a proteção integral da criança e do adolescente, inclusive em ambientes educacionais (Brasil, 1990). Nesse sentido, a instituição escolar é responsável por garantir o bem-estar da criança em todos os aspectos, promovendo um espaço colaborativo e sem violência. Segundo Bento (2011), as diferenças entre os sujeitos de um grupo homogêneo que age conforme os valores hegemônicos, e um grupo composto pelos sujeitos que não se encaixam na norma são estabelecidas anteriormente no cenário social, dessa forma, entende-se que um possível caminho dentro das escolas seria pensar para além das diferenças, ele afirma então:

Portanto, não se trata de “saber conviver”, mas considerar que a humanidade se organiza e se estrutura na e pela diferença. Se tivermos essa premissa evidente, talvez possamos inverter a lógica: não se trata de identificar “o estranho” como “o diferente”, mas de pensar que estranho é ser igual e na intensa e reiterada violência despendida para se produzir o hegemônico transfigurado em uma igualdade natural (Bento, 2011, p. 8).

No entanto, segundo pesquisas realizadas na 9ª parada do orgulho LGBTQIAPN+ (Carrara e Ramos, 2004), o percentual de discriminação vivenciada pelos sujeitos no âmbito escolar fica atrás apenas dos ambientes em que a discriminação é mais evidente, no caso, a família e amigos, totalizando 26.8% dos entrevistados. É imprescindível acrescentar que o percentual cresce à medida que a faixa etária diminui, revelando, por exemplo, uma quantidade alarmante de 40.4% dos adolescentes entre 15 e 18 anos que sofrem com a discriminação dentro das escolas, seja por professores ou colegas (Idem, 2004). Essa realidade reflete na prática que muitas escolas ainda são palco de diversas formas de discriminação, o que compromete o desenvolvimento saudável e seguro dos alunos em sua totalidade.

O antropólogo francês Marc Augé, traz o conceito de Não-Lugar para espaços como aeroportos, rodoviárias, estradas, shopping centers e hotéis, onde as interações humanas são breves e não há sentimento de pertencimento com o espaço em si, contrariando o conceito do autor de Lugar, que possui identidade, relações e história (Idem, 1994). No espaço escolar, onde os papéis de gênero são mantidos e incentivados, as crianças que não pertencem ou performam um dos dois gêneros aceitos consoante ao que sociedade impõe caminham em direção a um não-lugar dentro da instituição. Uma vez que esse espaço responde a uma maioria que está alheia a existências para além das representações cisheteronormativas, estas crianças se veem isoladas, sem um espaço de validação e reconhecimento de suas identidades. Esse não-lugar se manifesta não apenas

em exclusões simbólicas, mas também em práticas de silenciamento e coerção, que dificultam o desenvolvimento de uma identidade integral e livre.

A criação de um espaço verdadeiramente inclusivo exigiria, portanto, a desconstrução das lógicas normativas que moldam o ambiente escolar. Para crianças *queer*, a ausência de um lugar de pertencimento gera efeitos profundos em sua formação subjetiva, uma vez que as escolas, ao invés de celebrar a diversidade, continuam a reproduzir estruturas que reforçam a marginalização. Essa marginalização se reflete tanto nas dinâmicas interpessoais quanto nas práticas institucionais, perpetuando as mais diversas violências, que prosseguem como inerentes ao processo de criação da hegemonia. Assim, o ambiente escolar não apenas exclui essas crianças, mas também limita a possibilidade de uma convivência baseada no respeito e na dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi possível evidenciar o papel coercitivo que as escolas desempenham na construção e manutenção de normas de gênero, perpetuando uma lógica binária e cisheteronormativa que marginaliza e exclui crianças *queer*. Desde a socialização primária, que ocorre no ambiente familiar, até a socialização secundária, vivenciada nas escolas, as crianças são inseridas em estruturas que limitam sua expressão e identidade, conforme os padrões culturais e sociais dominantes. Nesse contexto, a instituição escolar opera como um mecanismo que reforça estereótipos de gênero, estabelecendo comportamentos esperados e punindo, de forma explícita ou implícita, qualquer desvio dessas normas.

A pesquisa mostrou que o ambiente escolar, ao padronizar papéis de gênero, reforça a exclusão de crianças que não se enquadram nas expectativas normativas. Essas crianças, frequentemente identificadas como "desviantes" por não seguirem os padrões tradicionais de masculinidade ou feminilidade, tornam-se alvos de violências simbólicas e, muitas vezes, de discriminação explícita. Esse processo de exclusão tem efeitos profundos, não apenas no desenvolvimento pessoal e psicológico das crianças, mas também em seu desempenho acadêmico e na sua relação com o ambiente escolar, resultando em altos índices de evasão escolar e comprometimento de sua saúde mental.

A partir dessas constatações, é possível afirmar que a escola, ao invés de ser um espaço de acolhimento e formação para todos, ainda atua como um local de reforço das desigualdades e opressões de gênero, o que dificulta o desenvolvimento pleno de

crianças *queer*. A invisibilidade e a discriminação enfrentadas por essas crianças são reflexos de uma estrutura educacional que não promove a diversidade, mas que, ao contrário, reitera padrões excludentes, relegando as crianças *queer* a um "não-lugar", onde suas identidades são constantemente negadas ou patologizadas.

Diante desse cenário, fica evidente a necessidade de repensar e reformular as práticas pedagógicas e políticas educacionais. A inclusão de debates sobre gênero e sexualidade no currículo escolar, bem como a formação de professores para lidar de maneira respeitosa e inclusiva com a diversidade, são medidas urgentes e essenciais. O reconhecimento e a valorização das diversas formas de existir, para além dos binarismos de gênero, devem ser objetivos centrais de uma educação que vise o bem-estar e a inclusão de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo Pinto de; SOUZA, Rogerio de Almeida de. EDUCAÇÃO E REPRODUÇÃO: a escola com aparelho ideológico do estado na obra de Louis Althusser (1918-1990). **Communitas**, v. 7, n. 15, p. 129-140, 2023.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papius, 1994.

BALTHAZAR, Gregory da Silva. Crianças viadas e o deslugar do gênero na escola: notas para um feminismo cor de ar. **Educar em Revista**, v. 36, p. e69557, 2020.

BARREIRO, Alex; MARTINS, Fernando Henrique. Bases e fundamentos legais para a discussão de gênero e sexualidade em sala de aula. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, São Paulo, v.34, n.68, p.93-106, 2016. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/download/535/323>. Acesso em: 8 out. 2024.

BARBOSA, Francisca Maria da Silva. ARAÚJO, Iara Maria de. **Corpo, Gênero e Educação**: Pistas para um debate. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 11, Vol. 14, pp. 116-126. Novembro de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso:

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/corpogenero>. Acesso em: 5 abr. 2024.

BATISTA, F.; BACCON, A. L. P.; GABRIEL, F. A. PENSAR A ESCOLA A PARTIR DE FOUCAULT: UMA INSTITUIÇÃO DISCIPLINAR EM CRISE?. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 40, n. 1, p. 1–16, 2015. DOI: 10.5216/ia.v40i1.30659. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/30659>. Acesso em: 19 set. 2024.

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Revista Estudos Feministas, v. 19, n. 2, Florianópolis, 2011, pp.549-559. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200016&lng=en&nrm=iso]. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. Acesso em 19 set. 2024.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. (Tradução Floriano de Souza Fernandes). 17ª ed. Petrópolis: Vozes. 1999.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

BRASIL. Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 16 jul. 1990.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Silvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa na 9ª Parada de Orgulho GLBT**. Rio, 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

FELIPE, Jane. **Proposta Pedagógica**. In: Educação para a Igualdade de Gênero. TV Escola. Salto para o Futuro. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. Proposta Pedagógica. Ano XVIII – Boletim, 26 – Nov. 2008. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salto_futuro_educacao_igualdade_genero.pdf. Acesso em 07 out 2024.

FURLANETTO, Milene Fontana; LAUERMANN, Franciele; DA COSTA, Cristofer Batista; MARIN, Angela Helena. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**. v. 48, n. 168, p. 550-571, ab./jun., 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/cp/v48n168/1980-5314-cp-48-168-550.pdf> Acesso em: 08 out. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Revista Mulherio**, ano II, nº 5. jan./fev. 1982

JUNIOR, Dilton Ribeiro Couto; POCAHY, Fernando; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. Crianças e infâncias (im) possíveis na escola: dissidências em debate. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 55-74, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25716>. Acesso em: 5 abr. 2024.

SANTANA, Rickie de Sousa; GOMES, Wellington Soares. PODE UMA CRIANÇA QUEER [R]EXISTIR: SOBRE A EXISTÊNCIA DE CRIANÇAS DISSIDENTES NA ESCOLA. In: SANTANA, Rickie de Sousa; GOMES, Wellington Soares. **Gênero, sexualidades e diferenças: tensionamentos interseccionais no campo da educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 161-178. ISBN 978-65-5869-894-4. Disponível em: https://pedrojoaoeditores.com.br/2022/wp-content/uploads/2022/06/EBOOK_Genero-sexualidades-e-diferencas-4.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

SILVA, Antônia Eudivânia de Oliveira; ARAÚJO, Iara Maria de. **Gênero, sexualidades e diferenças: tensionamentos interseccionais no campo da educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. *E-book* (206 p.). ISBN 978-65-5869-894-4. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/genero-sexualidades-e-diferencas-tensionamentos-interseccionais-no-campo-da-educacao/#:~:text=As%20reflexões%20sobre%20gênero,%20sexualidades%20e%20diferenças%20se,cotidiano,%20quais%20sejam:%20raça/etnia,%20violência,%20geração%20e%20territorialidade>. Acesso em: 4 abr. 2024.

POMBO, Mariana Ferreira. Desconstruindo e subvertendo o binarismo sexual e de gênero: apostas feministas e queer. **Periódicus**, Salvador, v. 1, nº 7, maio/out. 2017.

PRECIADO, B.; MARCONDES NOGUEIRA, F. F. Quem defende a criança queer?.

Jangada: crítica | literatura | artes, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 96–99, 2018. DOI:

10.35921/jangada.v0i1.17. Disponível em:

<https://revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/17>

. Acesso em: 4 abr. 2024.